

A Transição para a Democracia em Portugal

Ângela Montalvão Machado

INTRODUÇÃO

IAo iniciarmos esta reflexão sobre a transição para a democracia em Portugal, parece-nos pertinente descrever, talvez de uma forma mais exaustiva do que aquela que seria de esperar num trabalho de reduzida dimensão, o que foi o Estado Novo.

Salazar e o regime confundiam-se – Salazar era o regime. Marcello Caetano teve a tarefa inglória de comandar um Estado moribundo, que sobrevivera ao desaparecimento do seu ideólogo e executor. Por pouco tempo. O “legado” salazarista era demasiado pesado – a guerra do Ultramar iria tornar-se a sepultura do regime e, simultaneamente, o motor de arranque para a transição democrática.

O golpe de Estado do dia 25 de Abril transformou-se em revolução, com os defeitos e as virtudes, que uma revolução acarreta, como diz Dahrendorf. Portugal não tinha, nem podia ter, cultura democrática depois de quarenta e oito anos de autoritarismo fascizante.

Todos os períodos de transição de regime, são períodos de grande incerteza, precisamente no que diz respeito a personagens e a regras. Parece, pois, irrealista esperar que a opinião pública democrática ou a cultura cívica precedam, ou muito menos sejam requisitos para implementar a democracia. Pode-se é almejar que a democracia cresça qualitativamente com a emergência subsequente da interiorização desses valores políticos.

No espaço de tempo curto, precipitado e caótico, quando está a sair-se de regras autocráticas, é muito possível que seja necessário fazer uma democracia sem (ou com muito poucos) democratas. Portugal era um diamante em bruto, ávido de tudo, sôfrego de liberdade.

Do 25 de Abril, ao PREC e à instauração plena da democracia, com a revisão constitucional de 1982, o povo português mostrou sempre um sentido de equilíbrio social e político, que nem Salazar, nem Marcello nunca reconheceram, nem quiseram averiguar.

As convulsões políticas, iniciadas em 1974, traduzem ano e meio de verdadeira agitação e instabilidade, mas sem guerra civil e sem intervenção externa formal. Mesmo a chamada “transição pacífica” espanhola teve mais mortos políticos, num mês, do que os registados em toda a revolução portuguesa. Tentaremos que a nossa

exposição seja, simultaneamente, descritiva e analítica, dando lugar à História e à Ciência Política.

O SALAZARISMO

Salazar nasce em 1889, em Santa Comba Dão, no seio de uma família humilde, numa aldeia da Beira, onde a população é maioritariamente rural e analfabeta. Salazar definia-se mais tarde, com insistência, como “pobre e filho de pobre”.¹ A sua educação católica começa na família e desenvolve-se no seminário de Viseu. Passa aí oito anos, onde aprende a base da sua formação intelectual e moral. Recebe em 1908, as ordens menores, mas renuncia ao sacerdócio.

Com uma formação católica muito forte, Salazar chega a Coimbra para se matricular no curso de Direito, em 1910. A 5 de Outubro do mesmo ano é implantada a República, depois de dois anos antes se ter dado o regicídio. É num período extremamente conturbado que Salazar prossegue os seus estudos. Vive numa república com Manuel Cerejeira, futuro Cardeal-Patriarca e com Mário de Figueiredo, futuro Presidente da Assembleia Nacional.

Os conservadores, os católicos e os monárquicos, sentindo-se perseguidos pelos republicanos, começaram a unir-se por todo o País, divulgando a sua indignação e as suas propostas doutrinárias.

Salazar inaugura a sua prestação com o editorial “Tristezas que pagam dívidas”, afirmando que “Portugal era um cataclismo em marcha”.²

Os Princípios

Salazar lê avidamente as encíclicas de Leão XIII, que representavam, no plano político-religioso e social, os documentos mais completos e sólidos sobre os males sociais do momento. A sua atenção incidia, particularmente, sobre a *Diuturnum*, que iniciava uma revolução no pensamento católico. Nesta encíclica condenava-se a excessiva liberdade e refutava-se a ideia de que o poder civil e político proviesse do povo. Defendia-se que todos os homens necessitam imperativamente de um chefe e rejeitava-se o contrato social de Rousseau. Na *Immortale Dei*, Leão XIII diz que o poder eclesiástico e o poder civil devem estar claramente separados, sendo ambos poderes soberanos que devem manter boas relações e aborda um aspeto muito importante, “a liberdade de pensar e publicar os próprios pensamentos, subtraída a todas as regras, não é por si um bem de que a sociedade se

¹ António Ferro, Salazar, o Homem e a Sua Obra, Empresa Nacional de Publicidade, p. 65.

² Salazar, *Inéditos e Dispersos*, Bertrand Editora, vol. I, p. 108.

tenha de felicitar, mas é antes a fonte e a origem de muitos males”.³ E acrescenta que “será útil e louvável que os católicos estendam a sua ação e se cheguem aos grandes cargos do governo”.⁴

Lendo a encíclica *Rerum Novarum*, Salazar encontra o repúdio da solução socialista e a defesa da propriedade privada, da família e das corporações do patronato e do operariado. E com a encíclica *Graves de Communi*, o Papa Leão XIII opõe a democracia cristã à democracia social, dizendo que nada têm em comum. Define a democracia cristã, entre outros aspetos, dizendo que a questão social não se resume à questão económica, mas principalmente à questão moral e religiosa e que só poderá ser resolvida em conformidade com as leis da moral e da religião, que as autoridades devem seguir. Os católicos deveriam, através de congressos e comissões, levar a democracia cristã junto do povo.

Salazar, quer nos artigos, quer nas conferências, revela-nos a formação moral do homem e deixa adivinhar o político. Está bem presente o rigor do exercício de pensamento que moldará o Estado Novo.

Em 1914, Salazar profere a conferência subordinada ao título *A Democracia e a Igreja*. Começa por anunciar que “há entre a democracia e a Igreja um mal-entendido gravíssimo; e é exatamente a nós, democratas-cristãos, que compete destruí-lo”.⁵ Considera que a Igreja tem instruído os povos e com a instrução libertado, e com a liberdade igualado, e com a igualdade feito amar o próximo como irmão. No entanto, a Democracia, em nome da liberdade, condena a Igreja que defende princípios democráticos. Governantes e governados, incorrem no erro de responsabilizar a Igreja pela formação de instituições antigas, sem perceberem que a Igreja vive independentemente delas.

Os princípios de 1789 e a sua falência são abordados. É aqui que reside o mal-entendido entre a democracia e a Igreja. Se a Igreja é, na sua essência democrática, como pôde a Revolução Francesa persegui-la? A divisa revolucionária não passa de uma quimera se é afastada do seu berço e o seu berço são os princípios cristãos. A Revolução impôs uma democracia sem ter em conta que as instituições políticas variam de povo para povo. Os princípios da Revolução faliram porque “a igualdade absoluta reproduz a mais dura escravidão”,⁶ matando a liberdade e não passando a fraternidade de retórica, num espírito declaradamente ateu. Faliram porque são insuficientes, conjunta e separadamente, e porque não são cristãos.

³ Franco Nogueira, *Salazar*, Atlântida Editora, vol. I, p.36.

⁴ Franco Nogueira, op. cit., vol. I, p. 36.

⁵ Salazar, *Inéditos e Dispersos*, Bertrand Editora, vol. I, p. 201.

⁶ Salazar, op. cit., vol. I, p. 221.

A Igreja é o único porto seguro. Salazar confessa não saber qual o melhor regime para Portugal, mas sabe que, qualquer que seja o regime, não pode combater os princípios cristãos de honestidade e de justiça. Assim, conclui: “Não nos é permitido em nome do Evangelho, aclamar a Monarquia ou detestar a República, mas falando em honestidade e justiça, vós compreendeis que a incompatibilidade dos católicos portugueses com a República portuguesa, tem um fundamento sério”.⁷

No fim do discurso, classifica a democracia latina de demagógica e alerta para o contrassenso político de países católicos perseguirem o catolicismo. Cita Chateaubriand, dizendo que as ideias passam por cima dos homens e é isso que acontece em Portugal. As instituições são prematuras, impuseram-se pela força das ideias, produzindo um contrassenso político: um povo católico persegue o catolicismo. A democracia torna-se viciada e chama-se demagogia. E conclui: “Entre a demagogia e a Igreja há uma verdadeira incompatibilidade.

Consolidação

Salazar chega ao poder como Ministro das Finanças, em 1928, assumindo o cargo de Presidente do Conselho, em 1932. Deixa para trás a Universidade de Coimbra, onde é lente, e entrega-se à *sua missão*.

Desde o início da sua vida política faz eco da formação que tem. Funda o seu Estado na autoridade, mas diz rejeitar o totalitarismo porque este é incompatível com a sua formação moral católica. O totalitarismo traduz a ética para a qual o Estado, entendido não como aparelho burocrático, mas como vontade universal que funde as vontades particulares numa unidade social máxima, representa o valor supremo.

À axiologia totalitária corresponde, por exemplo, a frase de Mussolini, “O Estado é um absoluto e nada de espiritual e humano existe fora do Estado”.⁸ A identidade entre indivíduo e Estado é fulcral na teoria totalitária. O fascismo e o nazismo puseram em prática o modelo. Salazar contrapõe ao “viver perigosamente” de Mussolini, o “viver habitualmente”.

Como católico, Salazar repele toda a espécie de imanentismo. Um Absoluto que não fosse transcendente, não fazia sentido. No discurso sobre “As grandes certezas da Revolução Nacional”, disse: “Socialmente temos necessidade do absoluto e não vamos criar por nossas mãos de entre as coisas contingentes e efémeras o que existe fora e acima de nós, nem desviar para o Estado a função de decretar o culto e definir os princípios da moral. Esta atitude levou-nos a considerar o Poder moralmente

⁷ Ibidem.

⁸ Benito Mussolini, *Dottrina del Fascismo*, p. 315.

limitado e tem-nos valido não cometermos o erro ou o crime de deificar o Estado, a força, a riqueza, a técnica, a beleza e o vício... Não discutimos Deus”.⁹

Na sessão inaugural do 1º Congresso da União Nacional afirmou: “É preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado totalitário. O Estado que subordinasse tudo sem exceção à ideia de nação ou raça por ele representada, apresentar-se-ia como ser onipotente, princípio e fim de si mesmo e poderia envolver um absolutismo pior do que aquele que antecederam os regimes liberais, porque ao menos esse outro não se desligara do destino humano”.¹⁰

Não sendo totalitário, Salazar manifestou uma grande hostilidade quanto ao individualismo. São suas as palavras: “O Estado Novo empreendeu extinguir os antigos partidos juntamente com o individualismo e o parlamentarismo (...) Havendo repudiado com o seu cortejo de desastres o individualismo e o liberalismo não nos expusemos a pôr nas mãos do Estado a competência omnímoda de reger por seus próprios meios e serventuários a economia da Nação (...) Está passada a época do individualismo”.¹¹

Salazar defende que “Quando se procura aliar o conceito de liberdade ao conceito de progresso comete-se um erro grave. A liberdade vai diminuindo à medida que o homem vai progredindo, que se vai civilizando. A liberdade garantida pelo Estado, condicionada pela autoridade é a única possível, aquela que pode conduzir não digo à felicidade do homem, mas à felicidade dos homens”.¹²

Esta posição é inúmeras vezes reiterada: “Continuo a crer que para bem dos homens e da sua vida em sociedade haverá a autoridade necessária e a liberdade possível”,¹³ ou ainda: “A liberdade que não se inclina perante o interesse nacional chama-se anarquia”.¹⁴

Salazar expõe abertamente a sua posição quanto à intervenção da autoridade no plano do pensamento: “Perante a doutrina com aplicação imediata, a doutrina subversiva, demasiado habilidosa, claramente habilidosa, a censura não pode deixar de atuar porque se transforma nesse momento na função natural dum regime de autoridade”.¹⁵

⁹ Salazar, *Discursos*, vol. II, p. 131.

¹⁰ Salazar, op. cit., vol. I, p. 341.

¹¹ Salazar, op. cit., vol. III, p. 67.

¹² António Ferro, op. cit., p. 50.

¹³ Salazar, op. cit., vol. IV, p. 205.

¹⁴ Salazar, op. cit., vol. VI, 41.

¹⁵ António Ferro, op. cit., p. 49.

A Guerra Civil de Espanha

A Guerra Civil de Espanha constituiu um problema muito sério para Salazar – o fantasma do comunismo ameaçava a Espanha e, por conseguinte, a Península e a Europa. Diz Salazar: “Devido ao carácter do comunismo, os factos deram à guerra civil de Espanha a natureza da luta internacional, embora desenrolada, como disse, em território nacional (...) Não obstante isso sem perder de vista os perigos do contágio e da extensão de predomínio comunista, o estado atual da Europa claramente indicava dever tentar-se tudo para não deixar que a luta de Espanha se repercutisse no quadro dos interesses e posições internacionais”.¹⁶ Salazar critica a passividade da Europa, com exceção do apoio e incitamento da Rússia e alerta que em Espanha se joga o futuro da Europa Ocidental.

A Segunda Guerra Mundial

A neutralidade de Portugal na II Guerra Mundial foi sempre flutuante. Salazar jogou com Deus e o Diabo, fiel à velha aliança com Inglaterra, mas desconfiado dos EUA, que fomentavam o fim dos impérios europeus e, claro, inimigo do comunismo da Rússia. Salazar diz em 1942 que as posições fundamentais são redutíveis a duas. Lutar pela neutralidade, conservar a neutralidade, enquanto se possa e quanto se possa; não se submeter à violência ou agressão que seja cometida contra o País, abandonando só então a neutralidade. Em telegrama enviado ao ministro de Portugal em Berlim, em 1938, diz Salazar: “Portugal não pode deixar de reclamar para os seus nacionais de raça judaica as mesmas isenções que forem concedidas aos nacionais de qualquer outro país, mormente quando se trate de indivíduos residentes fora da Alemanha. Esta questão de ordem geral deve V. Exa. pô-la desde já perante o Governo do Reich, em termos amistosos, até com apelo à cordialidade das relações dos dois países, mas firmemente e baseado na circunstância da nossa lei fundamental não fazer distinção entre os nacionais de raça judia e os outros, o que obriga o Governo português a dispensar-lhes a plena proteção devida a um nacional”.¹⁷

Cristalização

A ação do homem político muitas vezes pareceu afastar-se do seu pensamento, quer já como detentor do poder, quer, mais ainda, do seu pensamento de juventude. Basta lembrarmo-nos da sua indignação perante a atuação da 1ª República: “Sem liberdade política não há liberdade civil”. O Estado de Direito deu lugar

¹⁶ Salazar, op. cit., vol. IV, 56.

¹⁷ Salazar, op. cit., vol. V, 72.

ao Estado de polícia onde o arbítrio administrativo reinava. Sabemos que o Presidente da República poucos poderes tinha na prática, mas Salazar sublinhava: “O Presidente da República traça com toda a independência à vida do Estado as grandes diretrizes. A um Presidente decorativo e inerte a Constituição substituiu o verdadeiro Chefe de Estado guia ativo da Nação, responsável pelos seus destinos”.¹⁸

Foram muitos os meios que o Estado Novo empregou para “portugalizar” o País e levá-lo a *viver habitualmente*. Salazar impôs um “paternalismo autoritário”,¹⁹ bem patente na “Mocidade Portuguesa”, uma ditadura do bem-correto que consente perseguições, prisões, mortes, censura e falsas verdades a bem da Nação. Acredita que a imoralidade de uma ação não se situa no objeto, mas no nosso juízo e que a verdade dos juízos éticos, traduzidos em moral pública, variam consoante as circunstâncias.

Em 1958, Humberto Delgado arrasta consigo multidões e faz tremer o regime. Salazar responde cristalizando-o cada vez mais. Em 1959, a Constituição é revista para alterar o modo de eleição do P.R. Abandona-se o sufrágio direto e propõe-se a eleição por um colégio eleitoral formado por deputados, procuradores, e representantes municipais e ultramarinos.

Orgulhosamente só – Guerra Colonial

A relação com a Igreja, pacífica nos anos vinte e trinta, complica-se com o desenlace da Segunda Guerra e com o Concílio Vaticano II. Complica-se ainda mais com a tragédia da Guerra Colonial. Salazar é um homem só na década de 60, ao leme de um Estado forte, onnipotente, por si criado e isolado da Comunidade Internacional.

Contesta a política dos EUA de ajuda e incentivo à independência das colónias africanas. Diz: “Podem considerar-se paralelas as políticas americana e russa, e o facto de os EUA auxiliarem a chamada emancipação da África, para livrá-la da influência russa ou comunista, não altera em nada a essência das coisas”.²⁰ Acusa os EUA de serem contraditórios, pois vão favorecer o potencial inimigo que é o comunista. Os EUA e a Rússia competem, também com a China, pelo poder no continente africano. E Salazar acrescenta (1965): “A Organização das Nações Unidas tem feito, pecaminosamente, o máximo por condescender com práticas aberrantes e até com a defesa de supostos interesses de muitos países irrequietos e

¹⁸ Salazar, op. cit., vol. II, p. 7.

¹⁹ Manuel Braga da Cruz, O Partido e o Estado no Salazarismo, Editorial Presença, p. 39.

²⁰ Salazar, op. cit., vol. VI, 37.

ambiciosos contra os legítimos direitos de outros. O princípio de que nas épocas de crise a lei internacional é para cada Estado a que serve o seu interesse, sem respeito pelo direito alheio, lançou-nos no caminho das grandes confusões e dos máximos perigos”.²¹

Até ao fim Salazar continua a defender a Nação do Minho a Timor. O sonho do Império foi o oxigénio e a sepultura do regime. Salazar foi o homem que quis salvar e condenou Portugal ao paradoxo que resultava do seu próprio pensamento: a megalomania de um Império com um povo analfabeto, pobre e só.

O sonho, confessado a Cerejeira, de ser Primeiro Ministro de um rei absoluto, sublimou-o como Chefe do Governo. O Estado moral assume a missão de frio executor do interesse nacional. Sem paixão, com lógica. Acredita que, com autoridade, Portugal será um exemplo num mundo moralmente em declínio. Isola Portugal, defende-o da ameaça do comunismo e dos ventos de mudança que venham da América. Admira a Inglaterra e respeita a velha aliança, mas não confunde realidades, que acredita serem distintas. Portugal tem uma história própria que singulariza a Nação e as suas necessidades. Não acredita em importações ideológicas, nem as permite.

Salazar, ao leme do seu Estado Novo, protegerá os portugueses de todos os males. Inclusive deles próprios. Entre o temor do comunismo e a desconfiança nas liberdades americanas, o regime petrifica, isola-se, envelhece com Salazar e morre numa manhã de Abril de 74, quatro anos depois da morte do seu ideólogo e executor!

A Primavera Marcelista

Como Salazar, Marcello Caetano descendia de gente humilde e afirmava que subir a pulso na vida “exige virtudes que a prosperidade dispensa: o culto do trabalho, disciplina, prudência, moderação e, sobretudo, realismo”.²² Marcello, andou, dizia, desde pequeno no meio do povo curioso e versátil. Assistiu a incêndios, a cortejos, a manifestações e a revoluções. Isto poupou-lhe a repugnância que Salazar tinha pela plebe, mas convenceu-o da incompatibilidade intrínseca entre os portugueses e a democracia e incutiu-lhe um perpétuo horror às “emoções” políticas, ou seja, a tudo que não fosse uma discussão informada, lógica e, se possível, tranquila das coisas. Em 1922, com 16 anos, entra para a Faculdade de Direito de Lisboa. Membro da Juventude Católica, aderiu ao Integralismo e publica e dirige um panfleto que se define como “antimoderno, antiliberal e antiburguês”, denominado “Ordem Nova”.

²¹ Ibidem.

²² Marcello Caetano, *Mandato Indeclinável*, Verbo, p. 85.

Descrente da bondade da natureza humana, Marcello acreditava que em tudo havia uma infinidade de ângulos propícios à queda e um único ponto de equilíbrio para se ficar de pé. Nomeadamente, o ponto de equilíbrio entre a liberdade e a autoridade; a abstenção e a intervenção do Estado; a justiça e o mérito individual. *Equilíbrio* é, aliás, um termo que Marcello repetirá exaustivamente nos seus discursos políticos.

As teorias ou os regimes, que postulavam a natureza angélica dos homens eram necessariamente irrealistas e necessariamente conduziam as sociedades ao desequilíbrio, ao governo arbitrário da força, da astúcia ou da riqueza. O liberalismo, o socialismo, o comunismo e o anarquismo partiam deste erro ontológico e deviam, portanto, ser recusados em absoluto.

Acreditava também que os intelectuais, quando não produziam monstros, falhavam na política, pela sua ingenuidade, pela sua abstração. Marcello Caetano supunha-se um realista e um prático, nunca se apercebendo que ele próprio era um intelectual na política, frequentemente surpreendido por não converter o País com a sua pregação. Segundo ele, o corporativismo estava “assente nas mais bem observadas premissas e impregnado do mais fundo e do mais claro realismo”.²³ Conciliava a justiça e a igualdade, evitava os males da abstenção liberal e do estatismo socialista: contava, em suma, com a verdadeira natureza do homem.

Em 1958, com a campanha de Humberto Delgado para as eleições presidenciais, o regime tremeu, mas não caiu. Franco Nogueira reconheceu, a partir daí já nada se podia mudar *com* Salazar e nada, evidentemente, se podia mudar *contra* ele. Durante dez anos o regime apodreceu lentamente e o país entrou na crise que explodiria sob Marcello.

Marcello tinha defendido, como ministro da Presidência, o “progresso acelerado”, ou seja, a industrialização intensiva, a abertura aos mercados internacionais, a melhoria do nível de vida, do combate ao desemprego, da justiça social e das reformas. Isto granjeou-lhe nos meios oficiais uma firme reputação de *esquerda*.

Marcello fez a política que Salazar lhe deixou fazer. De resto, ensinou, escreveu, viajou. À espera. À espera do momento em que faria exatamente aquilo que Salazar não o deixara fazer. Esse momento chegou em 1968 e quase não houve discussão porque não havia alternativa. Salazar tinha sofrido uma queda que lhe provocara um derrame cerebral. Marcello era o homem que prometia *renovação na continuidade*.

Em 1947, tinha escrito a Salazar dizendo que só se podia promover um levantamento cívico e conquistar a opinião pública, fomentando um livre debate de

²³ Ibidem.

ideias no qual se retemperassem as convicções e se exercitassem os elementos mais generosos e combativos do regime. Salazar não concordara com a *abertura* e, quando chegou a sua vez, Marcello também não permitiu o debate livre. Substituiu-o pelas “Conversas em Família”, programa televisivo, onde informava o país sobre o que o Governo fazia e pretendia fazer.

Passo a passo, com umas subtis nuances, Marcello cometeu os mesmos erros de Salazar, com a agravante de que os tempos eram outros. A União Nacional de Salazar tivera do seu lado o que correria menos bem na 1ª República, a Guerra de Espanha e a neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial; a Ação Nacional Popular (ANP) concorria com uma Europa próspera e democrática. O Governo continuou a ser a única realidade política ativa, apoiado no aparelho administrativo e nas polícias. As eleições legislativas de 1969, onde apareceu a famosa “Ala Liberal”, foram um sonho gorado. Francisco Sá Carneiro que viria a ser primeiro-ministro, eleito por maioria em 1979, era um dos deputados e cedo se apercebeu da impossibilidade de ação, demitindo-se.

A Democracia Impossível

Marcello recusava a democracia por razões teóricas e práticas. Em primeiro lugar, para ele como para Salazar, a democracia era um regime que se adaptava à natureza de certos povos e não se adaptava à de outros. Nos seus famosos “Cursos e Manuais” aparecem diversas vezes observações sobre “o bom senso dos ingleses” e “o intrínseco desequilíbrio dos latinos”, a que ele conferia a dignidade de argumentos sérios.

A História, por análise e comparação, revelava as realidades nacionais. Segundo Marcello, os cento e cinquenta anos, desde 1820, demonstravam de forma explícita que as liberdades políticas e os partidos desenvolviam os “defeitos” dos portugueses, sem aprimorar e difundir as respetivas virtudes. Instáveis (devido ao seu “temperamento latino”), destituídos de verdadeiro senso crítico, os portugueses gostavam da “variação” por si mesma e as opiniões andavam ao sabor das conjunturas ideológicas e outras. Assim, acreditava que os regimes democráticos ou meramente representativos, fossem, por força, estéreis, tumultuosos e destrutivos e provocassem na nação a “febre excitante e consumptiva” de que Salazar a curara, fazendo-a *viver habitualmente*.

Acreditava, também, que mesmo quando a democracia não se opunha à índole do povo, as lutas sociais, o facciosismo dos partidos, a perversão da opinião pública, a incerteza sobre as grandes orientações políticas, constituíam desperdícios que só podiam ser suportadas por países ricos e Portugal não o era.

Com muita força também, existiam razões práticas. A guerra Colonial e a ameaça comunista. Salazar tinha marchado para África sem aviso ou consulta,

mas Marcello sabia que, para lá ficar, necessitava desesperadamente da caução do país. Apesar da guerra, em cinco anos, Marcello fez um esforço de modernização. Acabou com o condicionamento industrial e conseguiu para Portugal o estatuto de membro associado do Mercado Comum. Os funcionários públicos passaram a ter ADSE e, de uma dezena de milhar de inscritos em 1968, passou-se para quatrocentos mil em 1973.

Mas a guerra continuava e as famílias continuavam a ver partir os seus filhos e maridos. Nestas alturas a “voz do sangue” fala mais alto do que o patriotismo, que Marcello defendia e o país estava cansado de uma guerra que não sentia como sua.

Entretanto, um movimento de capitães decidido a fazer cair o regime e, conseqüentemente, a descolonizar, surgia na Guiné e tinha eleito como chefes os generais Costa Gomes e Spínola. Spínola preparava-se para expor num misterioso livro o seu plano para salvar a pátria. Marcello percebeu que ele era um dos chefes do movimento e procurou atraí-lo, nomeando-o Vice-Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas era Costa Gomes). Marcello opta por não proibir a publicação do livro, cujo conteúdo, aliás, não conhece, sabendo que o escândalo público da proibição do livro era tão mau como deixá-lo aparecer.

Suprimir o livro faria dele, para todas as fações, o opressor de um exército visivelmente insatisfeito. E assim os portugueses leem “Portugal e o Futuro”, onde Spínola traça a sua ideia de federalismo para as colónias. Ideia que nem impunha qualquer mudança política de essência. Mas o grande peso do livro era a afirmação, enfática e taxativa, de que a guerra estava perdida.

O Fim do regime

Marcello pressentia um golpe de Estado. Resolveu comunicar a Spínola e Costa Gomes que não podia governar com um corpo de oficiais insubmissos e chefes militares discordantes. Mas não fazia sentido que fosse ele a pedir a demissão. Sendo o livro de Spínola um verdadeiro “manifesto”, anunciava implicitamente, um pronunciamento. Assim, explicou aos dois generais que tencionava ausentar-se de Lisboa durante as férias do Carnaval e que eles deviam aproveitar para “expor” ao Presidente da República, Américo Tomás, as suas ideias e reivindicar o poder para as Forças Armadas. Caso Tomás concordasse, Marcello não levantaria qualquer obstáculo.

Com esta atitude, deixava Costa Gomes e Spínola num beco sem saída. Não negociava, nem abria caminho. Sabendo que Tomás nunca concordaria, deixava aos generais uma única alternativa: ou a obediência ou o golpe de Estado. Marcello voltou de férias e nada se tinha passado. Apresentou a Américo Tomás um pedido de demissão, que lhe foi recusado.

Marcello sabia que tinha de agir contra o efeito do “livro”, mas não podia organizar uma manifestação contra um dos chefes supremos do exército e a Assembleia Nacional não representava ninguém. Estava sozinho, tentando dramaticamente legitimar o poder sem instituições democráticas. O Estado Novo (já) não existia. O Estado Novo era apenas o conjunto das condições adequadas ao exercício desse poder. Por si próprio, não podia legitimar coisa alguma.

Contrariado, acabou por ceder a Américo Tomás e demitir Costa Gomes e Spínola, conservando-os, no entanto, no ativo com todas as honras e prerrogativas. Spínola e Costa Gomes saíram a 14 de Março de 1974 e a 16 de Março deu-se a tentativa do levantamento militar que ficou conhecido por “Golpe das Caldas”. O golpe não resultou e foram presos alguns oficiais, cuja “irreflexão e ingenuidade”, Marcello lamentou com brandura e relativa complacência na última “conversa em família”. Entretanto em Paris, no exílio, Mário Soares, no rescaldo da exoneração dos generais divulgava uma declaração onde afirmava: “A base de apoio do Governo de Marcello Caetano reduziu-se mais e consideravelmente, o que faz prever interessantes desenvolvimentos da situação portuguesa num futuro próximo: só o restabelecimento da democracia e o reconhecimento do direito dos povos africanos à independência podem abrir uma via de progresso em Portugal e assegurar-lhe o respeito da opinião pública mundial”.²⁴

Até ao fim, Marcello Caetano representou a ficção da normalidade, como tinha representado a ficção parlamentar e a ficção da supremacia do poder civil. O “movimento dos capitães” não foi desmantelado, Spínola e Costa Gomes não foram “incomodados”. Marcello estava só, acreditando que a vontade do país não coincidia com a do exército. Mais uma vez ficcionava – sem o voto livre do país que ele sabia, mais do que nunca, essencial e, no entanto, nunca pedira, não tinha legitimidade sobre o exército.

O golpe de Estado, que segundo Samuel Huntington, iniciou a *terceira vaga* de democracia estava traçado.

O 25 de Abril

A “Revolução dos Cravos”, em 1974, foi o primeiro e, em muitos aspetos, o caso mais original da onda de democratização que se espalhou desde o sul da Europa até à América Latina, à Europa de Leste e à Ásia.

No dia 25 de Abril de 1974, caiu o Estado Novo ou o que restava dele. Marcello Caetano e Américo Tomás seguiram para o exílio no Brasil. Tomás voltaria a

²⁴ J.M. Brandão de Brito, *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Círculo de Leitores, p. 63.

Portugal. Marcello nunca voltou, deixando expresso que quando morresse não queria ser enterrado em Portugal.

O “25 de Abril” traduziu-se num golpe de Estado levado a cabo pelos capitães do MFA (Movimento das Forças Armadas). Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Vítor Alves encabeçavam o Movimento. Melo Antunes tinha sido o ideólogo do programa do MFA. O país acordou com a notícia a ser dada pela radio – o regime tinha caído.

Todas as transições são intrinsecamente imprevisíveis, inseguras, frágeis. Portugal não fugiu à regra.

Ralf Dahrendorf fala-nos precisamente disso em “Reflexões sobre a Revolução na Europa”.²⁵ Transição não é sinónimo de revolução, também por isso são diferentes as transições democráticas em Portugal e em Espanha. Portugal sofreu uma revolução para a transição, a Espanha fez a transição sem revolução. E transição é precisamente a tentativa de obter as esperanças da revolução sem pagar o seu preço.

Timothy Garton Ash fala de “refolução” – uma associação das palavras reforma e revolução. A transição é a transformação controlada dos Estados não liberais em liberais. As transições iniciam-se a partir de cima. Podem ser resposta a uma pressão popular, mas são executadas pelo governo do momento. O fio da continuidade nunca é completamente partido. Inglaterra em 1688 foi uma transição, França em 1789 foi uma revolução. Portugal em 1974 foi um golpe de Estado que iniciou uma revolução.

A sociedade civil é um conceito muito importante. Se há algum projeto que ligue a reforma política e económica, é o da sociedade civil. Do que necessita é de criar instituições e não de escrever constituições. A sociedade civil, torna-se assim, a lei de qualquer transição bem-sucedida. A economia de mercado e a democracia necessitam de cidadãos livres e de corpo inteiro.

A revolução é um risco inerente nas transições contemporâneas, criando mais problemas do que aqueles que resolve e, terminando geralmente, “entre Napoleão e Estaline”.²⁶

Para que as intenções democráticas se concretizem é preciso uma sociedade civil pluralista, é necessário o “caos criativo”²⁷ da sociedade civil. As instituições necessitam de ser, simultaneamente, reformadas e conservadas.

²⁵ Ralf Dahrendorf, *Reflexões Sobre a Revolução na Europa*, Gradiva, p. 115.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*.

A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA EM PORTUGAL

O processo revolucionário acarreta o afundamento do centro e promove a deslocação em direção à anarquia e à anomia. É discutível se todas as revoluções têm de passar pelas etapas que Crane Brinton encarou como parte da sua anatomia:

- O governo dos moderados
- A ascensão dos extremistas
- O reino do terror e da virtude
- Termidor

Portugal cumpriu, de certa forma, estas etapas. A composição da Junta de Salvação Nacional era o resultado de um compromisso precário entre a hierarquia das Forças Armadas e o movimento dos capitães. Foi presidida até 30 de setembro de 1974 por Spínola. Entretanto, Spínola ocupa o cargo de Presidente da República, sob um consenso entre as forças políticas, que é mais aparente do que real.

Mário Soares e Álvaro Cunhal tinham regressado do exílio e o primeiro Governo provisório forma-se sob a liderança de Adelino da Palma Carlos, jurista, professor universitário – um moderado. E cumpre-se a primeira etapa. O Governo é constituído por todas as forças políticas do momento, lideradas por Sá Carneiro (PPD), Mário Soares (PS), e Álvaro Cunhal (PCP). Estava formado um aparente governo dos moderados – plural.

A fase do PREC (Processo Revolucionário em Curso) remete-nos para a etapa da ascensão dos extremistas. Spínola e Palma Carlos demitem-se. Vasco Gonçalves, com grandes ligações ao PCP, é o novo primeiro-ministro, Costa Gomes, o novo Presidente da República. O país entra numa fase de grandes perturbações. Os extremistas defendem que se traiu o espírito da revolução, ou seja, de uma democracia popular, pró-soviética. A Comunidade Internacional está alerta, Henry Kissinger dirá que se Portugal se tornar comunista servirá de (mau) exemplo para o mundo ocidental.

O reino do terror e da virtude remete-nos para a fase entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975 (fase do *Verão Quente*), com atentados de esquerda e de direita. O país está à beira de uma guerra civil. A Junta de Salvação Nacional vai perdendo peso até ser constitucionalmente substituída pelo Conselho da Revolução (Constituição de 1976). A etapa do Termidor prende-se ainda com a análise de Crane Brinton – governo autoritário, mas de sinal contrário ao que estava.

Uma das características deste período revolucionário é a extrema rapidez com que as situações se alteram. Será assim, entre a a rapidez e a surpresa constante, que se assistirá a vários governos provisórios de natureza e objetivos variáveis. Para

garantir a natureza pluripartidária do futuro regime constitucional, tudo teve de recomeçar várias vezes.

O processo de descolonização, que tinha sido o motor da revolução, está em marcha e vai operar uma grande transformação no espaço político, económico, social e cultural de Portugal.

As primeiras eleições livres acontecem em 1976 e dão a vitória ao Partido Socialista. Mário Soares forma Governo. Ramalho Eanes, general, que ajudou a libertar o país dos extremistas no 25 de Novembro, torna-se Presidente da República. A gestão do país a todos os níveis é difícil, é difícil governar. O país aposta em 1979, por maioria, na coligação denominada Aliança Democrática (Formada pelo PPD, CDS e PPM), liderada por Sá Carneiro. Sá Carneiro que viria a morrer num acidente aéreo nunca esclarecido, em 1980.

A Constituição e os Partidos

Não podíamos deixar de dedicar um capítulo à Constituição saída da Revolução e à implantação dos partidos – dois elementos essenciais e indispensáveis para uma transição que se pretenda democrática.

A Constituição de 1976 foi inspirada por ideais democráticos e socializantes, consagrando, por via de um compromisso complexo, uma organização política, social e económica orientada, a um tempo, para a afirmação da democracia pluralista-representativa, assente no respeito dos direitos e liberdades fundamentais, e para um objetivo histórico de maior justiça social e de igualdade de oportunidades – o socialismo.

Trata-se de um texto “não-neutro” quanto à necessidade de transformações, no qual adquirem um elevado grau de concretização aspetos como os respeitantes ao conteúdo dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e alguns princípios essenciais relativos à estrutura da economia e da sociedade.

Se é certo que há um encontro dos princípios liberal-democrático e socialista, a verdade é que se notam influências dos diversos partidos políticos com assento na Assembleia Constituinte: os direitos, liberdades e garantias e a democracia política resultam da confluência PS, PPD e CDS; o socialismo, do encontro PS, PCP e PPD; os aspetos coletivistas, do entendimento PS-PCP; o sentido personalista, do contributo do PPD e do CDS; os direitos sociais, a autogestão e o planeamento foram defendidos pelo PS; as autonomias regionais e locais e as garantias jurisdicionais pelo PPD; a defesa das nacionalizações, a Reforma Agrária e as organizações populares de base pelo PCP; e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a livre iniciativa económica pelo CDS.

Estes vários contributos são evidentes e dão ao texto constitucional de 1976 uma conformação poliédrica e aberta, que veio a adaptar-se bem à evolução das realidades – permitindo que as revisões constitucionais estabilizassem, pacífica e gradualmente, a ordem jurídica democrática e consolidassem o Estado de Direito.

Sendo certo que em 1975 e em 1976 foram celebrados dois pactos entre o MFA e os partidos políticos, que consagraram um período de transição, caracterizado pela separação das esferas militar e civil do Estado e pela existência do Conselho da Revolução, a verdade é que a revisão constitucional de 1982 pôs termo, sem grandes sobressaltos, a essa situação, abrindo caminho ao predomínio das instituições civis e do Estado de Direito, numa lógica pluralista, na qual os partidos políticos desempenharam uma função importante na representação e na participação cívicas.

A Igreja Católica, a Economia e a Sociedade Civil

Samuel Huntington aponta a grande mudança ocorrida na doutrina e nas atividades da Igreja Católica com o Concílio Vaticano II de 1963-65, como um fator decisivo para o eclodir da terceira vaga que começou em Portugal. A Igreja Católica tão ligada ao Salazarismo, passa a opositora dos regimes autoritários, interna e externamente. O caso do Bispo do Porto é paradigmático.

Cristianismo ocidental e democracia passam a ser aliados e a terceira vaga foi preponderantemente católica, começando em Portugal e depois em Espanha.

A então designada Comunidade Económica Europeia teve também um papel-chave na consolidação da democracia em Portugal. O 25 de Abril coincide com a recessão provocada pela primeira crise do petróleo e a revolução política enfraquece a capacidade de resposta portuguesa à crise internacional. O grosso do esforço da política económica é, por isso, dirigido para a orientação da conjuntura e, em particular, para o equilíbrio das contas externas.

O 25 de Abril económico começa por se limitar a aumentos salariais. O 11 de Março de 1975 precipita a nacionalização dos centros nevrálgicos da economia e a ocupação de terras no Alentejo. A passagem de Keynes a Marx, do reformismo à revolução, precisou de onze meses.

Como diz Dahrendorf, as revoluções não ajudam muito quando se trata de pão e de prateleiras de supermercado vazias. E o que aconteceu à sociedade portuguesa em 1986, com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, foi uma lufada de oxigénio para a recém implantada democracia. Portugal sentiu, talvez pela primeira vez, que fazia parte do mundo moderno, civilizado e democrático.

E essa integração na Europa desenvolvida e próspera tem dois nomes: Mário Soares, primeiro-ministro e político muito conceituado internacionalmente; e José Medeiros Ferreira, ministro dos negócios estrangeiros, um político brilhante, responsável pelo pedido de adesão de Portugal à então CEE.

Juan Linz e Alfred Stepan chamam a atenção para o facto de o caso português revelar, que o desenvolvimento económico robusteceu a consolidação da democracia, mas que a democracia portuguesa se consolidou com a revisão constitucional de 1982, que extinguiu o Conselho da Revolução, durante um período economicamente difícil.

A sociedade civil é uma peça fundamental para a qualidade da democracia. As associações independentes e intermediárias agem como amortecedores entre o cidadão individual e o Estado todo-poderoso, ajudam na articulação de exigências de grupos e ensinam normas apropriadas de participação política e de chefia.

Segundo Dahrendorf, a sociedade civil é a âncora para a Constituição da liberdade. Os direitos civis, políticos e sociais têm de tornar-se parte do tecido da comunidade social e política. O “caos criativo” de organizações, associações e instituições não é facilmente construído e talvez não deva ser tarefa de construção deliberada.

Portugal fez a sua transição para a democracia de uma forma “normal”, relativamente à democracia na Europa ocidental e na América do Norte. Esta constatação pode parecer pouco estimulante, mas trata-se, cremos, de uma proeza considerável, tendo em conta quarenta e oito anos de autoritarismo que “persuadiram” o povo português a não conhecer a palavra cidadania.

Gostaríamos, para concluir esta reflexão, de citar Mário Soares, um dos principais rostos da democracia portuguesa, verdadeiro “animal político” no sentido aristotélico: “Então qual será o caminho do futuro? O que mais se aproximou desse objetivo chama-se socialismo democrático ou social-democracia e pretende conciliar a liberdade absolutamente necessária e o progresso, com a igualdade possível nos diferentes estágios do desenvolvimento económico e também com a fraternidade (ou solidariedade) que, como se sabe, não foi esquecida na trilogia fundamental da Revolução Francesa” (Soares, 2009, p. 142).

Foi Mário Soares que durante o *Verão Quente* de 1975, juntou milhares de pessoas na Fonte Luminosa em Lisboa, socialistas ou não, que com ele disseram “não ao comunismo” e que, indiscutivelmente, contribuiu decisivamente para incutir nos portugueses o significado mais alto da palavra liberdade e para assegurar o sucesso da transição portuguesa para a democracia pluralista e representativa europeia, de finais do século xx.

Conclusão

Em 1974, existia uma ditadura em Portugal, com censura, PIDE e presos políticos. Não se vivia, contudo, na atmosfera asfíxiante de 1968, quando Salazar ditava as regras do regime e as fazia executar.

Marcello Caetano transformou o que podia ter sido a “sua” *Primavera* num *Inverno* menos rigoroso do que aquele que terminara em 1968, mas não conseguiu acabar com o regime frio, autoritário e repressivo, que mais do que debilitar fisicamente, corrói a alma de um povo.

O regime caiu de podre. Portugal fez uma descolonização precária, mas talvez a possível, com resultados que a História se encarrega de guardar para memória futura, principalmente em Angola.

Como diria Popper, o importante não é não errar, o importante é aprender com os erros. E Portugal aprendeu. Aquando dos acontecimentos pós-referendo em Timor, o povo português insurgiu-se, revoltou-se e, talvez numa atitude sem precedentes, mobilizou-se e saiu à rua para pedir ajuda para um povo irmão, para uma causa que considerou como sua. O povo anónimo manifestou-se em frente à sede das Nações Unidas, das embaixadas, vestiu-se de branco em sinal de luto e pendurou panos brancos nas janelas e varandas das casas.

Sentimos orgulho pela forma como nos unimos em torno de uma causa, de uma forma espontânea. Mostramos ao Mundo, mas sobretudo a nós próprios, o valor da democracia e dos direitos humanos. Mostramos que nos tornamos um povo democraticamente adulto.

No entanto, o importante é perceber que não chegamos “ao fim da história”. A democracia é uma conquista de todos os dias. Como dizia Francisco Sá Carneiro, outro dos rostos da transição para a democracia e responsável também pela sua consolidação, “todas as coisas são conquista de cada geração. Nada está assegurado: paz, democracia, etc.”²⁸

O crescimento da extrema-direita na Europa, a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia levam-nos a refletir ainda mais sobre o futuro da democracia, sobre a sua manutenção. Portugal cresceu muito nestes últimos quase cinquenta anos. Aprendeu a acreditar em si próprio, a respeitar-se. Aprendeu sobretudo os valores da cidadania plena, que passam pelo respeito pelo pluralismo. Aprendeu que as pessoas são livres e iguais enquanto cidadãos e podem ser livres e diferentes enquanto indivíduos.

Winston Churchill definiu democracia como o pior dos regimes à exceção de todos os outros, ou seja, o regime menos mau que os homens conseguiram inventar,

²⁸ Maria João Avelaz, *Francisco Sá Carneiro, Solidão e Poder*, Cognition, p. 93.

que permite, da forma mais equilibrada e harmoniosa possível, que convivam os dois valores, desde sempre cerne de toda a Política – liberdade e igualdade.

Sem otimismo infundado, sabendo que a democracia é uma conquista permanente, gostaríamos de terminar esta reflexão sobre a transição para a democracia portuguesa, com o atrevimento (pouco científico) de citar a frase de Fernando Pessoa de *A Mensagem* e substituir o tempo do verbo. Pessoa diz: “Senhor, falta cumprir-se Portugal”. Nós ousamos dizer: depois de quarenta e oito anos de “deseducação democrática”, conseguimos consolidar a democracia. Por isso: *Senhor, cumpriu-se Portugal!*

BIBLIOGRAFIA

- AVILLETZ, Maria João, *Francisco Sá Carneiro – Solidão e Poder*, Ed. Cognition, 1982.
- BERNSTEIN, Serge, *Démocraties, régimes autoritaires et Totalitarisme au XX^{ème} siècle*, Paris, Hachette, 1992.
- BRITO, J.M. Brandão, *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Ed. Círculo de Leitores, Braga, 1999.
- CAETANO, Marcello, *Mandato Indeclinável*, Verbo, Lisboa, 1970.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1982.
- *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bisâncio, 1998.
- DAHRENDORF, Ralf, *Reflexões Sobre a Revolução na Europa*, Gradiva, Lisboa, 1993.
- FERRO, António, *Salazar, o Homem e a Sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.
- HUNTINGTON, Samuel, *The Third Wave – Democratization in the Late Twentieth Century*, University of Oklahoma Press, Norman and London, 1995.
- LINZ, Juan; STEPAN, Alfred, *Problems on Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America and Post-Comunist Europe*, The Jonh Hopkins University Press, Baltimore and London, 1996.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar I – A Mocidade e os Princípios*, Coimbra, Atlântida, 1977.
- *Salazar II – Os Tempos Áureos*, Coimbra, Atlântida, 1977.
- *Salazar III – As Grandes Crises*, Coimbra, Atlântida, 1978.

A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA EM PORTUGAL

– *Salazar IV – O Ataque*, Coimbra, Atlântida, 1980.

– *Salazar V – A Resistência*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984.

– *Salazar VI – O Último Combate*, Poro, Livraria, Civilização Editora, 1985.

POPPER, Karl, *The Open Society and its Enemies*, Princeton University Press, 1966

SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Editora, 1935 a 1967 (6 volumes).

– *Inéditos e Dispersos*, Lisboa, Bertrand Editora, 1997, vol. I.

SOARES, M. (2009). *Elogio da Política*. Lisboa: Sextante Editora.

– (1974) *Portugal Amordaçado*. Lisboa: Arcádia.